

Apresentação	17
Apresentação da 3ª edição	19
1. Direito do Trabalho: definição, história, finalidades e divisão	21
1.1. Definição	21
1.2. História	22
1.2.1. História geral	22
1.2.1.1. Período antecedente	22
1.2.1.2. Período posterior	23
1.2.2. Primeiras leis trabalhistas	23
1.2.3. História brasileira	24
1.2.3.1. Fatores estrangeiros	24
1.2.3.2. Fatores nacionais	24
1.2.4. As mais importantes normas trabalhistas brasileiras	24
1.3. Finalidades	24
1.3.1. Tutelar	25
1.3.2. Conservadora ou opressora do Estado	25
1.3.3. Econômica	25
1.3.4. Social	25
1.3.5. Coordenadora	25
1.3.6. Visão Atual	26
1.4. Divisão	26
2. Relações com outras disciplinas. Natureza jurídica	28
2.1. Relações com outras disciplinas	28
2.1.1. Direito Civil	28
2.1.2. Direito Comercial	28
2.1.3. Direito Constitucional	29

2.1.4. Direito Administrativo	29
2.1.5. Direito Penal	29
2.1.6. Direito Tributário	29
2.1.7. Direito Previdenciário	30
2.1.8. Direito Internacional	30
2.1.9. Direito Processual do Trabalho	30
2.1.10. Economia	31
2.1.11. Sociologia	31
2.2. Natureza jurídica	31
2.2.1. Direito público	32
2.2.2. Direito privado	32
2.2.3. Direito social	32
2.2.4. Direito misto	32
2.2.5. Direito unitário	33
2.2.6. A melhor teoria	33
3. As normas jurídicas trabalhistas. Solução dos conflitos	34
3.1. Normas jurídicas trabalhistas	34
3.1.1. Sistemas de relações do trabalho	35
3.1.2. Tipos de normas trabalhistas	36
3.2. Solução dos conflitos	37
3.2.1. Autocomposição	38
3.2.2. Mediação	38
3.2.3. Heterocomposição	38
4. Interpretação e integração das normas trabalhistas. A lei trabalhista no tempo e no espaço. Nulidades	41
4.1. Interpretação	41
4.2. Integração	43
4.3. A lei trabalhista no tempo e no espaço	43
4.3.1. Eficácia da lei no tempo	43
4.3.2. Eficácia da lei no espaço	44
4.4. Nulidades	44
5. Princípios. Prescrição	47
5.1. Princípios	47
5.1.1. Princípios gerais do direito aplicáveis	48

5.1.2. Princípios constitucionais	48
5.1.3. Princípios trabalhistas	49
5.1.3.1. Princípio da proteção	49
5.1.3.1.1. Proteção à mulher	49
5.1.3.1.2. Proteção ao menor	50
5.1.3.2. Princípio da primazia da realidade	50
5.1.3.3. Princípio da irrenunciabilidade de direitos	50
5.1.3.4. Princípio da norma mais favorável	51
5.1.3.5. Princípio da condição mais benéfica	51
5.1.3.6. Princípio da inalterabilidade contratual	51
5.1.3.7. Princípio da isonomia no âmbito trabalhista	51
5.1.3.8. Direito ao julgamento dos conflitos trabalhistas	52
5.2. Prescrição	52
6. O contrato de trabalho	55
6.1. Natureza jurídica da relação existente entre empregado e empregador	55
6.2. Conceito	56
6.3. Classificação	57
6.3.1. Quanto à forma	57
6.3.2. Quanto à duração	57
6.3.2.1. Aplicação do art. 443, CLT	58
6.3.2.2. Contrato de trabalho temporário	59
6.3.2.3. Nova modalidade de contrato por prazo determinado	59
6.4. Diferenças entre o contrato de trabalho e alguns institutos do Direito Civil	60
6.5. Características do contrato de trabalho	60
7. A nova modalidade de contrato a termo e o “banco de horas” (Lei n. 9.601/98)	62
7.1. A nova modalidade de contrato a termo	62
7.1.1. Requisitos legais para a contratação	62
7.1.2. Direitos “reduzidos” na contratação e redução de encargos	63
7.1.3. Demais dispositivos da lei	64
7.2. O “banco de horas”	64
8. Empregado e empregador	67
8.1. Empregado	67

8.2. Pressupostos legais para a configuração do vínculo de emprego	67
8.2.1. Não eventualidade	67
8.2.2. Subordinação	68
8.2.3. Onerosidade	68
8.2.4. Pessoalidade	69
8.3. Diferenças entre os empregados e outras categorias de trabalhadores	69
8.4. Empregados com critérios específicos de conceituação	70
8.4.1. Empregado doméstico	71
8.4.2. Empregado rural	72
8.5. Empregador	72
9. Grupos empresariais. sucessão e alteração na estrutura jurídica das empresas. O poder de direção do empregador	74
9.1. Grupos empresariais	74
9.1.1. Responsabilidade solidária	74
9.1.2. O grupo empresarial não é empregador único	75
9.2. Sucessão de empresas e alteração na sua estrutura jurídica	75
9.3. Poder de direção do empregador	76
9.3.1. Poder de organização	77
9.3.2. Poder de controle	77
9.3.3. Poder disciplinar	79
10. Alteração contratual. Transferência de empregados. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho	81
10.1. Alteração contratual	81
10.1.1. Princípio da inalterabilidade contratual	81
10.1.2. Princípio do <i>jus variandi</i>	82
10.2. Transferência de empregados	82
10.2.1. A transferência de empregados na CLT	82
10.2.2. Despesas com a transferência	84
10.2.3. Sustação de transferência	84
10.2.4. Mudança de local de trabalho sem mudança de residência	84
10.2.5. Trabalhador contratado para trabalhar no exterior ou para lá transferido .	85
10.3. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho	85

13. Duração do trabalho	109
13.1. Conceito	109
13.2. Fundamentos jurídicos	109
13.2.1. Constituição Federal	109
13.2.2. CLT e legislação complementar	110
13.2.3. Súmulas do TST	110
13.2.4. Normas coletivas e contrato individual	111
13.3. Adicional noturno	112
13.4. Horas extraordinárias	112
13.4.1. Fundamentos para a limitação da jornada	112
13.4.2. Acordo de prorrogação	112
13.5. Acordo de compensação	113
13.6. Intervalos	114
13.7. Variações de horários no registro de ponto	115
13.8. Empregados sem direito a horas extras e adicional noturno	116
14. Férias. Repouso semanal remunerado	117
14.1. Férias	117
14.1.1. Período aquisitivo	117
14.1.2. Duração e perda do direito	117
14.1.3. Período concessório (ou concessivo)	118
14.1.4. Remuneração	118
14.1.5. Dissolução contratual	119
14.1.6. Férias coletivas	119
14.1.7. Prescrição	120
14.1.8. A Convenção n. 132 da OIT	120
14.2. Repouso semanal remunerado	121
14.2.1. Aspectos históricos	121
14.2.2. Valor do repouso semanal	121
14.2.3. Gratificações e adicionais	121
14.2.4. Condição para o pagamento	122
14.2.5. Domingos e feriados trabalhados	122
15. Salário: 1ª parte	124
15.1. Conceito	124

15.2. Gorjetas	124
15.3. Indenizações trabalhistas	125
15.4. Benefícios previdenciários	125
15.5. Participação nos lucros ou resultados (PLR)	125
15.6. Normas jurídicas mais relevantes	127
15.7. Formas de pagamento	128
15.8. Meios de pagamento	129
15.8.1. Pagamento em dinheiro	129
15.8.2. Pagamento em cheque ou através de depósito bancário	129
15.8.3. Pagamento em utilidades	129
16. Salário: 2ª parte	132
16.1. Regras protetivas	132
16.1.1. Inalterabilidade (art. 468 da CLT) e irredutibilidade (art. 7º, VI, da CF) .	132
16.1.2. Intangibilidade dos salários	132
16.1.3. Danos provocados pelo empregado	132
16.1.4. Desconto em folha de pagamento de prestações de empréstimos e fi- nanciamentos	133
16.1.5. Proibição de coação para aquisição dos bens no armazém da empresa	133
16.1.6. Impenhorabilidade	134
16.1.7. Proibição do salário complessivo	134
16.1.8. Período máximo de um mês	134
16.1.9. Prazo para pagamento	134
16.1.10. Verbas rescisórias incontroversas	134
16.1.11. Prova do pagamento do salário	135
16.2. Valor do salário	135
16.2.1. Salário mínimo	135
16.2.2. Salário profissional	136
16.2.3. Piso salarial	136
16.3. Leis salariais	136
16.4. Tipos especiais de salário	137
16.4.1. O art. 457, § 1º, da CLT	137
16.4.2. Os adicionais legais	138
16.4.3. Os prêmios	138
16.4.4. Décimo terceiro salário	138

17. Equiparação salarial. FGTS	140
17.1. Equiparação Salarial	140
17.1.1. Conceito	140
17.1.2. Requisitos	141
17.1.3. Quadro de carreira	143
17.2. FGTS	143
17.2.1. Origem e desenvolvimento do instituto	143
17.2.2. Natureza jurídica	144
17.2.3. Demais aspectos	144
18. Segurança e medicina do trabalho. O trabalho da mulher e do menor	147
18.1. Segurança e Medicina do Trabalho	147
18.1.1. Conceito	148
18.1.2. Normas jurídicas pertinentes	148
18.1.3. As CIPAS	149
18.1.4. Equipamento de Proteção Individual (EPI)	149
18.1.5. Serviços de medicina e segurança do trabalho	150
18.1.6. Insalubridade	150
18.1.7. Periculosidade	150
18.2. O trabalho da mulher	151
18.2.1. A proteção à maternidade	152
18.3. O trabalho do menor	153
19. Carteira de trabalho. Problemas pré-contratuais. Imputação criminal. Capacidade do Empregado. Nulidade do contrato de trabalho	155
19.1. Carteira de Trabalho e Previdência Social — CTPS	155
19.1.1. O registro do empregado	155
19.1.2. Valor probante das anotações lançadas na CTPS	156
19.1.3. Reclamações por recusa de anotação	156
19.1.4. Prescrição do direito de ação quanto à anotação da CTPS	157
19.2. Problemas pré-contratuais	157
19.3. Imputação criminal	158
19.4. Capacidade do empregado	158
19.5. Nulidade do contrato de trabalho	159
19.5.1. Objeto ilícito	159

19.5.2. Trabalho proibido	160
19.5.3. Trabalho prestado à Administração Pública sem concurso	160
20. Flexibilização do Direito do Trabalho: fundamentos jurídicos	162
20.1. Flexibilização do Direito do Trabalho	162
20.1.1. Globalização e flexibilização	162
20.2. Fundamentos jurídicos	164
21. Flexibilização do Direito do Trabalho: trabalho em tempo parcial e nova modalidade de suspensão do contrato	169
21.1. Trabalho em tempo parcial	169
21.2. Nova modalidade de suspensão do contrato de trabalho	171
22. Direito Internacional do Trabalho	175
22.1. Direito Internacional Público	175
22.1.1. Organização Internacional do Trabalho — OIT	175
22.1.1.1. As convenções internacionais da OIT	176
22.1.2. Organismos Internacionais	177
22.1.2.1. União Européia	177
22.1.2.2. Mercosul	178
22.1.3. Declarações internacionais	178
22.2. Direito internacional privado	178
Bibliografia.....	181